



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2017.0000194126**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1019219-78.2015.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, em que são apelantes BRUNO HENRIQUE LOURENÇÃO (JUSTIÇA GRATUITA) e THUANY VICTORIA SILVA LOURENÇÃO (MENOR), é apelado FLORESVALDO FET.

**ACORDAM**, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente) e SOARES LEVADA.

São Paulo, 22 de março de 2017.

**CARLOS VON ADAMEK**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**

**Apelação nº 1019219-78.2015.8.26.0576**

**Apelantes: Bruno Henrique Lourenção e Thuany Victoria Silva Lourenção**

**Apelado: Floresvaldo Fet**

**Comarca: São José do Rio Preto - 4ª Vara Cível**

**Voto nº 5174**

**CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ATROPELAMENTO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – DANOS MORAIS – MANUTENÇÃO DO 'QUANTUM' ARBITRADO EM SENTENÇA – Reconhecimento da conduta culposa do requerido pelos danos causados aos autores – Obrigação de indenizar incontroversa – Danos morais configurados – Indenização mantida em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e conforme os parâmetros adotados por esta C. Câmara – Honorários advocatícios – Sucumbência recíproca mantida – **Recurso desprovido.****

Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença de fls. 85/87, cujo relatório adoto, que julgou procedentes em parte os pedidos desta ação indenizatória, condenando o réu ao pagamento ao coautor das despesas médicas, bem como do montante de R\$ 20.000,00, a título de danos morais, com os acréscimos legais. Foi reconhecida a sucumbência recíproca das partes.

Apelaram os autores objetivando a majoração da indenização para quantia não inferior a 40 salários mínimos, pois: a) sofreram graves lesões e risco de morte em atropelamento sobre a calçada provocado pelo réu, que dirigia embriagado, em alta velocidade, sem habilitação para conduzir motocicletas e com a CNH vencida; b) a coautora, de apenas 1 ano e 5 meses na data do acidente, sofreu abalo psicológico. O réu deve, ainda, ser condenado ao pagamento da verba de sucumbência, no importe de 20% do valor da condenação (fls. 92/100).

Recurso recebido, processado e não respondido (certidão de fl. 127).

O Ministério Público em 1ª instância opinou pelo desprovido do recurso (fls. 131/133) enquanto a Procuradoria de Geral de

Justiça opinou pelo seu parcial provimento, para que seja reformada a r. sentença apenas no que se refere a fixação das verbas sucumbenciais (fls. 137/140).

**É o relatório.**

Destaco, de início, que interposto o recurso de apelação na vigência do CPC de 1973, o processamento e a matéria nele abrangida observarão a lei antiga no que couber, conforme preconiza o artigo 14 do NCPD.

Pretendem os autores a reparação dos danos materiais e morais sofridos, em decorrência atropelamento ocorrido sobre a calçada pela motocicleta conduzida pelo réu. Sustentam que suportaram gastos altíssimos com medicamentos e exames, tendo, ainda, o primeiro autor sofrido graves lesões, sendo submetido, inclusive, a tratamento cirúrgico, em razão de traumatismo intracraniano (fls. 33/37).

Em observância ao princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*<sup>1</sup> – avultando como incontroversas, por conseguinte, a conduta culposa do réu pelo acidente e sua obrigação em reparar os danos causados – verifica-se que o presente recurso tem por objeto exclusivamente a majoração da referida indenização extrapatrimonial e a condenação do réu à verba sucumbencial.

No caso em tela, o dano moral prescinde de maior prova, porquanto não se discute o abalo psíquico experimentado nos casos em que a vítima de acidente de trânsito sofre lesões físicas, agravada pelo fato, no caso do autor, de se encontrar sobre a calçada com sua filha pequena e ser atropelado por uma motocicleta.

É inegável a ocorrência de danos morais sofridos pelo autor, por ato de pura imprudência e negligência do réu, que deu causa ao acidente, causando sofrimentos e angústias indevidas diante das lesões

<sup>1</sup> CPC/2015, art. 1.013.

produzidas em razão do sinistro.

Encontram-se devidamente comprovadas as lesões físicas sofridas pelo coautor, decorrentes do ilícito produzido pelo réu, conforme atestado médico no sentido de que o autor se submeteu a tratamento cirúrgico e sofreu traumatismo intracraniano (fls. 33/34), e laudo pericial emitido pelo IML, com a seguinte conclusão: *“Concluo que a vítima sofreu lesões corporais de natureza GRAVE pela incapacidade para as atividades habituais por mais de 30 dias”*. Por outro lado, referido laudo também indicou que não há incapacidade permanente ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função (fl. 37).

Ademais, nada foi produzido e evidenciado nestes autos sobre as condições de saúde atuais do autor e o impacto das lesões causadas pelo acidente em suas atividades habituais, principalmente no ofício exercido, de mecânico, conforme qualificação de fl. 01, que pudesse, eventualmente, ensejar a revisão do *'quantum'* indenizatório.

Nesse particular, deve-se observar que seu arbitramento levará em conta as funções ressarcitória e punitiva da indenização – e esta admitida com tranquilidade pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça<sup>2</sup> – bem como a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, não podendo o dano moral representar procedimento de enriquecimento para aquele que se pretende indenizar.

Nesse sentido, esclarece CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA *“que se deve levar em consideração a punição ao infrator pelo fato de haver ofendido um bem jurídico da vítima, e colocar em mãos do ofendido uma soma que não é o pretium doloris, porém um meio de lhe oferecer a oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, amenizando a amargura da ofensa. Deve, ainda, o arbitramento ser feito de forma moderada e equitativa, não tendo o objetivo de provocar o enriquecimento de uns ou a ruína de outros.”* (Responsabilidade Civil, 5ª edição, Forense, p. 317).

---

<sup>2</sup> STJ, AgRg no AREsp 578.903/DF, Rel. Min. MARCO BUZZI, 4ª Turma, julgado em 17.11.2015. No mesmo sentido: AgRg no REsp 1.428.488/SC, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ª Turma, julgado em 27.05.2014.

Com efeito, a indenização do dano moral encontra base doutrinária e jurisprudencial na **teoria do desestímulo** à prática de nova e reiterada conduta ilícita, com intuito claro de advertir ao lesante que não mais se admite postura neste sentido, também conhecida como função punitiva da indenização (intimidativa, pedagógica e profilática); bem como no **princípio da razoabilidade**, arbitrando-se valor moderado, equitativo e compatível à situação econômica do ofensor e do ofendido, sem que cause a penúria do primeiro e o enriquecimento do segundo.

Ou seja, é na fixação de indenização, como forma de compreensão ao dano moral sofrido, que a equidade equilibra o valor do pedido, do que realmente se necessita e o do que se pode pagar, sempre ao arbítrio subjetivo e prudente do Julgador.

No que concerne a tal arbitramento, ressalte-se que os Tribunais pátrios têm procurado, à míngua de critérios legais para seu procedimento, valorar as situações submetidas a análise, de modo a evitar que a indenização assim concedida seja fonte de enriquecimento indevido para quem a recebe, ao mesmo tempo em que se busca desestimular o ofensor a repetir o cometimento do ilícito.

Destarte, sopesando todos esses ensinamentos doutrinários e jurisprudenciais e face às peculiaridades do caso em tela, a indenização extrapatrimonial deve ser mantida, pois fixada em observância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com os critérios adotados por esta Colenda Câmara em caso análogo:

*“Acidente de trânsito. Ação de indenização por danos materiais e moral. (...) Reparação por dano moral. É inegável que o autor experimentou dor, angústia e sofrimento ante as lesões físicas suportadas, ficando incapacitado, temporariamente, para o trabalho, em razão do atropelamento. Tendo em vista a natureza do dano, suas consequências na vida do autor e as condições das*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*partes, a indenização deve ser arbitrada na quantia de R\$10.000,00, eis que se mostra compatível com as circunstâncias do caso em exame, sem impor gravame excessivo aos agentes ou gerar vantagem desproporcional à vítima. Recurso parcialmente provido.” (TJSP, Apelação 4021768-67.2013.8.26.0224, rel. Des. GOMES VARJÃO, 34ª Câmara de Direito Privado, julgado em 07.12.2016).*

Por fim, cumpre observar, quanto à questão relativa aos ônus da sucumbência, que, diante dos pedidos contidos nesta ação (danos materiais, lucros cessantes e danos morais – total de R\$ 47.520,00) e do que foi, a final, acolhido (afastados os lucros cessantes e reparação por danos morais em R\$ 20.000,00), na forma do art. 21 do Código de Processo Civil/73, a sucumbência é mesmo recíproca, de molde que cada qual suportará a metade das custas e despesas processuais, compensando-se as honorárias.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

**CARLOS VON ADAMEK**  
**Relator**